

MASCULINIDADE E PATERNIDADE: UM DIÁLOGO DA SOCIOLOGIA COM A PSICANÁLISE

Isadora Vianna Sento-Sé¹

Resumo: Este artigo explora as transformações na masculinidade e paternidade contemporâneas, articulando perspectivas da sociologia e psicanálise. Discute a formação das identidades de gênero masculinas, abordando conceitos como hipermasculinidade e dinâmicas de “transperformances de gênero” que se moldam e fluem com influências culturais e sociais. A obra examina a influência da maternagem, central no desenvolvimento das identidades e papéis de gênero e como a função masculina tradicionalmente pública e menos emocional afeta a formação da masculinidade. Conclui-se que o modelo patriarcal e as representações hegemônicas de masculinidade estão em crise, pressionados por mudanças sociais que promovem uma nova visão do papel paterno e desafiam as normas estabelecidas.

Palavras-chave: Masculinidade; Paternidade; Gênero; Cuidados; Identidade.

Abstract: This article explores contemporary masculinity and paternity transformations, articulating perspectives from sociology and psychoanalysis. It discusses the formation of masculine gender identities, addressing concepts such as hypermasculinity and the dynamics of “gender trans performances” that shape and flow with cultural and social influences. The book examines the impact of mothering, which is central to the development of gender identities and roles, and how the traditionally public and less emotional male role affects the formation of masculinity. It concludes that the patriarchal model and hegemonic representations of masculinity are in crisis, pressured by social changes that promote a new vision of the paternal role and challenge established norms.

Keywords: Masculinity; Fatherhood; Gender; Care; Identity.

1. Introdução

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ), bolsista de Pós-Doutorado FAPERJ. Email: isadorasentose@gmail.com.

Diversas iniciativas vêm sendo tomadas no sentido de envolver os homens nas discussões sobre equidade de gênero. No Brasil, algumas se destacam por se estenderem a todo o território nacional e por serem estratégicas para impulsionar a paternidade cuidadora no país. Um exemplo é o projeto Pai Presente, da Coordenação Nacional de Saúde do Homem, do Ministério da Saúde, que investe na produção de materiais educativos e na formação de profissionais, incluindo a capacitação a distância, realizada pelo Instituto Promundo². Ainda no âmbito das iniciativas de responsabilidade do Ministério da Saúde, foi criada a diretriz de incentivo ao cuidado paterno, que validou o Movimento pela Valorização da Paternidade, bem como outras frentes, como o pré-natal masculino, originariamente implantado apenas em São Paulo (GOMES, 2016).

Simultaneamente, há o investimento em políticas de valorização da paternidade, tendo em vista a desconstrução de um modelo dominante de masculinidade – patriarcal e machista, que reforça a desigualdade de gênero –, abrindo caminho para a construção de modelos que não os violentos, mas outros, fundados no afeto e no cuidado.

Esses esforços têm como base pesquisas, realizadas no passado, que também constatarem benefícios no desenvolvimento cognitivo das crianças que contam com dois cuidadores. Quanto aos homens, aqueles que usufruem de uma ligação afetiva com seus filhos tendem a cuidar mais da saúde física e mental e a apresentar menores chances, por exemplo, de sofrer de doenças coronarianas ou experimentar quadros de depressão (FIOCRUZ, 2016).

De modo geral, as meninas são ensinadas desde a infância a cuidar da casa, da boneca e do próprio corpo. Enquanto os meninos são criados para serem fortes e para encarar o cuidado da própria saúde como um sinal de fragilidade. Dessa forma, a socialização dos meninos favorece um comportamento de menor atenção com a própria saúde do que aquele observado entre as meninas.³

As questões de classe, com relação aos cuidados, vão além das questões de gênero. Os homens, de fato, tendem a cuidar menos da própria saúde do que as mulheres, mas quando

² “O Instituto Promundo é uma organização não governamental que atua em diversos países do mundo buscando promover a igualdade de gênero e a prevenção da violência com foco no envolvimento de homens e mulheres na transformação de masculinidades.” (trecho retirado de <<http://www.promundo.org.br>>). Acesso em 12 de setembro de 2024.

³ A definição formal de cuidados é “designação de uma atenção à saúde imediatamente interessada no sentido existencial da experiência do adoecimento, físico ou mental, e, por conseguinte, também das práticas de promoção, proteção ou recuperação da saúde” (AYRES, 2004, p. 22).

estão em posições inferiores da hierarquia social, cuidam-se menos do que os outros homens, em posições mais favoráveis (PROMUNDO, 2016).

Ainda, sabe-se que a participação dos homens nos cuidados não afeta apenas a sua saúde, mas também a saúde das mulheres, das crianças e dos adolescentes, principalmente quando os homens são envolvidos nas questões de saúde sexual masculina, na saúde reprodutiva e na paternidade (PROMUNDO, 2015). Daí, iniciativas que estimulam o pré-natal para homens são importantes e procuram solucionar essa problemática, ou pelo menos, diluí-la.

Entre as dimensões a serem consideradas, no desenho do panorama da paternidade no Brasil, está a relação entre o setor privado e as práticas relacionadas à paternidade e ao trabalho de cuidado. Um marco importante a ser levado em consideração foi a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, em 2009 pelo Ministério da Saúde. Trata-se de uma política específica do setor de saúde voltada à população masculina e àqueles que fazem parte de seu círculo de relações, de modo a contribuir para a realidade singular masculina e os diversos contextos socioculturais, políticos e econômicos. Entre as diretrizes de promoção de ações de saúde invocadas nessa política, estão os dois eixos prioritários de implementação: saúde sexual e reprodutiva e paternidade e cuidado.

A maioria dos homens no mundo e no Brasil terá filhos em algum momento da vida (PROMUNDO, 2016). E a totalidade dos homens tem potencial para desempenhar algum papel relacionado ao cuidado na vida de crianças, seja como educadores, profissionais de saúde, tios, padrinhos etc. Diversas questões emergem dessa relação quando a responsabilidade pelo cuidado é compartilhada com as mulheres e incorporada ao cotidiano desses homens, sobre como equilibrar o sucesso profissional e o bem-estar da família, ou mesmo sobre o que significa ser homem nos dias de hoje.

O tema paternidade e cuidado tem como objetivo envolver os homens no acompanhamento da gestação, do parto e do puerpério de suas parceiras. Além disso, objetiva engajá-los nos cuidados e no desenvolvimento dos filhos de maneira a fortalecer as relações e os vínculos entre eles. Nesse contexto, o desenvolvimento da participação masculina no pré-natal pode possibilitar a integração dos homens na lógica dos serviços de saúde ofertados, sobretudo aqueles encontrados na Rede Cegonha⁴, permitindo que realizem seus exames

⁴ A Rede Cegonha “é uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao

preventivos de rotina – HIV, sífilis, hepatites, hipertensão e diabetes – e que sejam vacinados. Logo, esses programas que incentivam a participação ativa dos pais nos serviços de pré-natal e no pós-parto têm como desdobramento a promoção da saúde dos homens.

Quanto ao cuidado dos filhos, uma pesquisa do Banco Mundial, de 2011, concluiu que os homens são mais propensos a serem mais participativos quando suas esposas estão empregadas ou trabalhando por conta própria e que a participação dos homens nos trabalhos de cuidado não remunerados é maior quando estão desempregados.

Vale destacar ainda a ampliação de 5 para 20 dias da licença paternidade no Brasil. Essa ampliação se deu graças à aprovação, em 2016, do Marco Legal da Primeira Infância, que afirma a importância do envolvimento paterno entre os direitos das crianças pequenas. Embora ainda distante da licença-parental (que já é realidade nos países que apresentam os melhores indicadores de equidade de gênero atualmente como a Noruega e a Islândia), essa ampliação foi considerada um avanço no contexto brasileiro. O objetivo deste artigo é fomentar a discussão sobre o papel dos homens nos cuidados dos filhos a partir de noções de masculinidade presentes nas Ciências Sociais e na psicanálise.

2. A formação da masculinidade e as performances de gênero

Muitas vezes é possível identificar normas hipermasculinas – comportamentos masculinos estereotipados assentes na força física, agressão ou violência, e na sexualidade – entre os homens. Mosher e Sirkin (1984) foram os primeiros autores a usar o termo, definindo hipermasculinidade, ou personalidade macho, como a adoção de atitudes sexuais insensíveis ante as mulheres, a crença de que a violência é viril e a associação da excitação com a experiência do perigo. A tal tendência, podemos chamar de “hipervirilidade”.

As normas sociais e culturais moldam globalmente o que significa ser um “homem de verdade”. Os problemas começam a surgir quando as normas vigentes promovem formas de masculinidade violentas ou danosas. As masculinidades não são necessariamente problemáticas, mas sim complexas e heterogêneas. Elas variam em função da idade, classe, educação, emprego, *status* marital e geografia urbana. São construídas socialmente, são fluidas, ao longo do tempo e do espaço, e dinâmicas, incluindo um espectro de atitudes e

puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis”. (Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/aperececegonha.php>>. Acesso em: set., 2024.)

comportamentos que oscilam entre igualitários, parcialmente igualitários e desiguais; entre violentos e não violentos.

Desde a infância, a socialização dos meninos começa a gerar vulnerabilidades que estão associadas a expectativas de masculinidade, reforçadas ao longo da juventude e da vida adulta dos homens. É prática corrente presentear os meninos com brinquedos que naturalizam a violência, como armas de plástico, bonecos de soldados etc. Comparativamente com suas irmãs, os meninos tendem a ser mais incentivados a brincar na rua e desencorajados a se envolver em tarefas domésticas e de cuidado.

Pesquisas no âmbito da psicanálise, que serão exploradas mais à frente, confirmam que masculinidades são parte de uma noção relacional de gênero, segundo a qual não estão isoladas de, mas interagem com a feminilidade e a ordem de gênero. Além disso, são fluidas e mudam ao longo do tempo e de um contexto para outro.

É possível constatar, no último século, mudanças profundas nas sociedades industriais contemporâneas, com a reformulação das bases econômicas, políticas, culturais e sociais. Tais transformações também vêm se manifestando nos padrões de relacionamento entre e intragêneros, seja na esfera social, ou na experiência de si. São detectadas mudanças relevantes nos padrões de relacionamento e gênero (nos papéis masculino e feminino), em atitudes de maior tolerância à diversidade sexual de gays, lésbicas, travestis etc., na busca por maior equidade de gênero, na maior aprovação do aborto, divórcio, políticas do corpo, entre outras pautas tidas como progressistas.

Entre as teses de destradicionalização, segundo Marlise Matos (2000), existem duas correntes principais. A primeira defende a tese do fim da tradição, enquanto a segunda trabalha com uma versão mais leve desse processo, que seria a convivência entre tradição, modernização e um processo de destradicionalização, o que é chamado no seu artigo de pós-modernização ou transformação dos valores materialistas e pós-materialistas.

A questão da masculinidade vem ganhando espaço nas pesquisas de gênero no Brasil, principalmente nas discussões sobre sexualidade, saúde e reprodução. Matos parte da visão das identidades de gênero a partir do que ela define como “transperformances de gênero” (2000, p. 25). A autora adota a posição, inspirada em Judith Butler⁵, de crítica ao sistema sexo-gênero de Rubin (1975), no qual a identidade de gênero é fixa e estática. Para a

⁵ Cf. Butler, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*, 1993.

formulação do seu problema de construção de identidades masculinas, ela adota um conceito de identidades de gênero dinâmicas e transformadoras.

Segundo Rubin (1975), toda sociedade é organizada a partir de um sistema sexo/gênero entendido como um conjunto de “modos sistemáticos de lidar com sexo, gênero e bebês”, bem como por uma organização da produção. O sistema sexo/gênero é o modo de produção das sociedades, um elemento crucial e constituinte delas, construído social e culturalmente, mutável, e organizado de modo que seja possível reproduzi-lo. O sistema consiste, então, em

um conjunto de arranjos pelos quais a matéria-prima do sexo e procriação humanos é modelada pela intervenção social humana e satisfeita de um modo convencional (...) O domínio do sexo, gênero e procriação humanos tem sido sujeito a incansável atividade social durante milênios, e transformado por ela. O sexo, como o conhecemos – identidade de gênero, desejo e fantasia sexuais, conceitos de infância – é ele mesmo um produto (RUBIN, 1975, p. 23).

O sistema sexo/gênero está ligado à produção, apesar de não ser completamente explicado por ela. Em sua análise da bibliografia antropológica sobre família, Rubin (1975) sugere que os cuidados maternos e paternos e a organização da família constituem gênero e sexualidade socialmente organizados, e o reproduzem.

Discutir as identidades masculinas de gênero, suas representações e o que escapa a elas – a partir da definição de “transformativos de gênero” – significa, segundo Matos (2000 ou 2008), apontar para a possibilidade de redefinir os processos relacionais de gênero e de sua superfície política. Os gêneros são pensados como fabricações inscritas na superfície dos corpos, balizados e atravessados por diferentes forças que ela analisa a partir de quatro interfaces: sexualidade, afetividade, corporalidade e sociabilidade de gênero masculina.

O prefixo “trans”, acrescentado à posição inicial de Butler (1993), remete tanto ao aspecto dinâmico, de movimento, quanto ao ponto de vista de atravessamento e transversalidade de inúmeras forças que vão ser operadas para definir uma posição identitária de gênero. As “transperformances de gênero” reúnem dimensões múltiplas de forças que refletem as condições psicológicas e sociais que, por sua vez, constituem e regulam os corpos sexuados. Nas produções corporais e afetivas, residiria certa “história sedimentada do performativo” (MATOS, 2000, p. 30). A partir de sua análise, podemos recuperar as múltiplas dimensões das representações da masculinidade (que definem um conjunto organizado de simbolismos e estereótipos negociados e construídos socialmente a partir de uma cultura tradicional hegemônica de gênero). São perceptíveis, ainda, outras manifestações da

masculinidade que não correspondem à representação simbólica tradicional, podendo ser expressas através da sexualidade, do corpo e da afetividade.

Na interpretação de Matos (2000), as mudanças sociais ocorridas no Brasil, a partir da década de 1970, revelam a modernização dos costumes e a necessidade de novos códigos interpretativos da dimensão identitária e cultural de gênero. Com a escalada de discursos sobre multiplicidade e diferença que caracterizam nossa experiência de modernidade contemporânea, as categorias de mulher/homem, natureza/cultura, feminino/masculino vão perdendo espaço em termos de sua capacidade de explicar as relações sociais. Porém, pode-se observar, na cultura ocidental, a organização hierárquica do poder, muitas vezes de forma binária. É possível, portanto, concluir que nem todos estão envolvidos na diversidade pós-moderna de maneira livre e igualitária. A autoria designou as alternativas identitárias que compõem um novo quadro de arranjos sociais de gênero. Esses novos arranjos incidem sobre o que Giddens chamou de “a situação na qual a construção do eu se torna um projeto reflexivo” (GIDDENS, 1990). Na modernidade, estaríamos vivenciando uma experiência de introspecção, ou de “volta para dentro”, retomando os desafios da subjetividade humana e colocando em evidência a necessidade de questionamento sobre conceitos como o de identidade, seja ela de gênero, sexual ou social.

Em pesquisa realizada posteriormente à sua tese, cujos resultados são apresentados no artigo “Dimensões da Masculinidade no Brasil”, Matos (2000) explora as possíveis representações das masculinidades brasileiras em duas camadas sociais distintas: médias e populares. Ela analisa a dimensão das mudanças e transformações no que tange à representação das masculinidades a partir dos mesmos quatro vetores de forças de sua tese: (1) a sexualidade e o erotismo; (2) a afetividade ou emocionabilidade; (3) a corporalidade de gênero; e (4) a sociabilidade masculina de gênero (ênfatisando a conjugabilidade de homosociabilidade e paternidade masculinas).

Esses quatro vetores compõem, ao mesmo tempo, dimensões representacionais (simbolismos, estereótipos, significados, valores e sentidos que podem ser particulares e também universais) e não representacionais (que ela chama de “energético pulsionais”, emocionais e libidinais, inconscientes e conscientes) da masculinidade, refletindo seu caráter situacional e histórico em contraste com a alternativa de se pensá-la como algo determinado, congelado e universal.

É importante ressaltar ainda que a postulação da transperformance identitária de gênero – masculina ou feminina – como categoria situacional significa apontar decisivamente para a insegurança e a incerteza (sobretudo política) que organizam o dinamismo entre o coletivo e o psíquico, e, também, para seu caráter fragmentado, plural e heterogêneo.

As identidades masculinas de gênero são, portanto, criações que atravessam dois níveis: o da autocriação da agência humana e o da criação do “outro” (cultural).

Nesse mesmo artigo, também são apresentados os tradicionalismos e tradições como forças externas supraindividuais. São, segundo ela, “vozes de autoridade, controle, coerção e destinos externos aos indivíduos – que produzem o efeito de uma sociedade fortemente hierarquizada, segmentada, estável e de pouca mobilidade social” (MATOS, 2005, p. 92). As mais comuns dessas forças são: religião, política, escola e, finalmente, família.

A autora considera que o processo de destradicionalização relaciona-se diretamente com a emergência de uma nova sociedade de consumo e com a irrupção de um modelo de ciência reflexiva e de técnica que passa a modificar intensamente a vida cotidiana. Esse cotidiano está associado a mudanças fundamentais concernentes à vida das mulheres, através, sobretudo, das intervenções da ciência na reprodução e do rápido desenvolvimento do trabalho assalariado e da escolarização femininos. Na busca pela maior democratização dos valores de gênero, esses avanços são os mais contundentes.

A tese da coexistência de elementos tradicionais e do processo de destradicionalização, passando pela modernização de costumes, reforça a ideia de que existem sempre muitas experiências que emanam de dinâmicas transcendentais ao “eu”. Também merecem destaque aquelas que conflitam com desejos, expectativas e com as idiossincrasias das aspirações propriamente individuais.

Ainda segundo Matos (2005), o Brasil já pode ser, no mínimo, considerado um país em transição em termos de tradicionalismos de gênero. Entretanto, de acordo com ela mesma, com base em evidências de pesquisas realizadas na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil, a esfera da divisão dos trabalhos domésticos e do cuidado dos filhos ainda é intocada. Ela fundamenta essa afirmação ancorada na pesquisa qualitativa chamada “As dimensões da masculinidade à brasileira”. Realizada no Rio de Janeiro, a pesquisa conta com vinte e sete entrevistas com homens, tanto gays quanto heterossexuais.

Em seu artigo “Crises, Valores e Vivências da Masculinidade” (2000), Pedro Paulo de Oliveira explora as formulações relativas à ideia de uma crise em curso na masculinidade,

que, segundo definição que ele apresenta, é a qualidade, caráter, modo de ser, pensar e viver do homem. Ele também investiga a valorização dos atributos tradicionalmente associados ao masculino de acordo com a inserção social dos indivíduos. Segundo o autor, se de fato existe uma crise da masculinidade, ela estaria fundada em mudanças "socioestruturais" que abalam o regime patriarcal, perturbando o valor social da masculinidade. Nessa discussão, ele leva em conta algumas pesquisas que tangenciam nossa perspectiva, a maior parte realizada por estudiosos hispano-americanos e anglo-saxões.

Segundo Oliveira (2000), estimulados pela volta do movimento feminista nos anos 1970, diversos autores (Bednarik, 1970; Tolson, 1977; Goldberg, 1976; Fasteau, 1974) adotaram uma visão de que não apenas as mulheres sofreriam a denunciada dominação masculina de gênero, mas também os próprios homens. Nessa perspectiva, os homens seriam vítimas de um treinamento socialmente difuso, presente em diferentes instituições, orientado para a construção de um modelo de homem "autêntico, provedor, varão genuíno, macho" (OLIVEIRA, 2000, p. 90).

A argumentação mais comum, que ajudou a constituir uma ideia de crise da masculinidade, aposta na ideia de uma vitimização do gênero masculino. Segundo esse ponto de vista, durante o processo de constituição e constante reafirmação da masculinidade, o homem torna-se propenso a experimentar dilemas e conflitos que gerariam angústias, autoalienação e inexpressividade, elementos constitutivos do quadro de fragilidades que fariam parte da masculinidade (MARQUÉS, 1997).

Essa formulação foi classificada como discurso vitimário, já que enfatiza a condição do homem como vítima de um conjunto de fatores sociais e psíquicos. Para a sustentação desse discurso, muitos estudos recorreram às estatísticas de homicídios, uso de álcool e drogas, acidentes de carro, incidência de doenças, expectativa de vida etc. Para os autores que abordam a temática pelo viés vitimário, a masculinidade hegemônica torna-se uma patologia, algo a ser reformulado em virtude dos danos que causa não apenas àqueles que a ela se subordinam (mulheres e crianças), mas aos próprios homens. Levando em conta essa preocupação, que ajuda a configurar o campo dos *men's studies*, pode-se afirmar que a emergência do interesse pelo estudo da masculinidade é marcada, ao menos em parte, pela percepção de que há uma crise no modelo de comportamento masculino socialmente pactuado.

Constata-se que há uma crise do modelo hegemônico da masculinidade, [...] que todavia pode ser parcial e específica de certos grupos culturais e sociais. Caberia perguntar até que ponto esta crise do modelo está circunscrita aos setores médios das populações urbanas ou realmente se difunde no conjunto das nações, culturas e condições de vida (OLIVEIRA, 2000, p. 92).

A evidência dessa crise nas classes média e alta é forte, pois se observa que o padrão estabelecido de conduta masculina ainda é bastante valorizado por boa parte dos homens pertencentes aos segmentos populares. Nesses segmentos, é possível perceber com frequência o exercício e construção da identidade masculina como vivência propiciadora de prazer, orgulho e satisfação. Em um estudo sobre homens pobres em Santiago, Chile, pôde-se constatar muitos relatos de valorização e satisfação pelo fato de ser homem, o que se opõe a relatos de homens de classe média e alta que se dizem pressionados pelas cobranças sociais do lugar de provedor que ocupam (OLIVEIRA, 2000).

Ainda nessa pesquisa realizada no Chile, a posição de homem provedor é interpretada pelos entrevistados como um direito, antes mesmo de um dever, enquanto para aqueles advindos de classes mais altas, o provimento é encarado como um fardo.

Ainda assim, é possível identificar, segundo Oliveira (2000), que há, nos estratos médios e altos, uma tendência cada vez maior de relaxamento das prescrições tradicionais do gênero masculino, reduzindo o valor atribuído aos comportamentos sexistas. Contudo, nos setores populares, a masculinidade ainda aparece como força integradora, capaz de formar identidade e apoio, promovendo inserção social por meio de um conjunto de comportamentos socialmente prescritos e valorizados. Além disso, funciona como um símbolo de distinção e de poder simbólico (BORDIEU, 1989), instituído pelo regime patriarcal. Esse regime alimenta as práticas culturais originais para a manutenção da subordinação feminina e da divisão sexual do trabalho, e está presente em todas as sociedades ocidentais contemporâneas. Ele é marcado pela relação de poder entre o homem e a mulher (CASTELLS, 1999).

Pode-se postular que uma crise da masculinidade seria, em última instância, uma crise do regime patriarcal, se considerarmos que, independentemente da estrutura hierárquica das relações sociais, esse sistema sofre mudanças ou persistências. Isso porque, não é possível considerar as questões de gênero separadas de outras práticas sociais, sejam elas jurídicas, religiosas, econômicas ou políticas. A associação entre dominação de gênero e regime patriarcal faz com que as mudanças, que afetam instituições e práticas relacionadas ao segundo, gerem consequências à dominação.

Essas mudanças são atestadas pelos índices: aumento do número de divórcios ou separações – o que demonstra uma insatisfação com o modelo de união tradicional, fundado no comprometimento duradouro; dificuldades em harmonizar casamento, trabalho e vida pessoal, expressas nas tendências de adiamento cada vez maior do vínculo conjugal e de crescente formação de relacionamentos sem vínculos legais; aumento mundial do número de lares monoparentais (geralmente mulheres com filhos); aumento, em muitos lugares, do nascimento de filhos fora do casamento; mudanças na composição social da força de trabalho, tendo em vista que as mulheres ocupam cargos nos quais as distinções de gênero não têm relevância do ponto de vista da produtividade, com reflexos na dinâmica de poder dentro da família, pois cada vez mais o orçamento familiar depende do salário da mulher, alterando a economia do poder doméstico no que tange a decisões e privilégios (CASTELLS, 1999). Ainda, é possível adicionar uma série de mudanças proporcionadas por avanços científicos e biotecnológicos (inseminação artificial, engenharia genética, congelamento de óvulos), que possivelmente irão refletir em aspectos fundamentais da estrutura patriarcal, que é a reprodução da espécie por meio de relacionamento sexual heterossexual.

A hierarquia de gênero reserva um lugar de poder para aqueles que se aproximam dos traços masculinos considerados legítimos e socialmente sancionados. É possível, entretanto, problematizar a definição do que venha a ser o masculino legítimo. No artigo “Crises, valores e vivências”, Oliveira (2000) explora a tese de que o "hipermasculinismo" é acionado a partir de uma inserção social menos privilegiada e constitui a base para a configuração do *status* de masculinidade autêntica. Esse *status* origina-se das prescrições ligadas aos valores mais genéricos, característicos da consciência coletiva. Há uma clara contraposição com o movimento que se expressa nas discussões em torno das mazelas acarretadas pelo constrangimento da constituição desse tipo masculino, discussão protagonizada por homens de setores de classe média (como intelectuais, psicoterapeutas, profissionais liberais, artistas etc.).

3. Paternidade: um diálogo da sociologia com a psicanálise a partir do conceito de maternagem

Em seu livro “Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher” (1990), Nancy Chodorow apresenta os conceitos maternagem⁶ (*mothering*) e paternagem (*fathering*), entendidos como os cuidados maternos e paternos, respectivamente. A tese é de que as mulheres são agentes decisivos na esfera da reprodução social, pois são as que mais participam da educação dos filhos. O próprio termo “maternagem” traz, portanto, um valor cultural na representação da masculinidade, que tem um sentido ideológico na produção de desigualdades entre os sexos.

Chodorow (1990) também apresenta uma discussão das tendenciosidades presentes em seu estudo do desenvolvimento do feminino e do masculino. Ela discute como se reproduz a maternagem utilizando o enfoque psicanalítico e sociológico. A ideia é entender como se reproduz a diferença entre mulheres e homens em termos de suas responsabilidades na organização dos cuidados das crianças. A hipótese é de que tal diferença se reproduz através da maternagem das mulheres e das relações diferenciadas que estabelecem com seus filhos e filhas. Ela ainda questiona por que as capacidades de prover cuidados amorosos e de qualidade têm sido apenas relacionadas às mães. Aos homens, o modelo patriarcal outorgou o poder de estabelecer, no âmbito doméstico, o diálogo com a família quando lhe convier, cabendo às mulheres a responsabilidade de manter a harmonia das relações parentais no âmbito privado. A maternagem é, portanto, um elemento central e constituinte na organização e na reprodução social de gênero.

No correr dos poucos séculos passados, mulheres de diferentes idades, classes e raças entraram e saíram da força de trabalho pago. As taxas de casamento e fertilidade oscilaram consideravelmente nesse mesmo período. Apesar dessas mudanças, as mulheres sempre cuidaram das crianças, em geral como mães em famílias e, às vezes, como trabalhadoras em centros de assistência à infância, como domésticas pagas ou como escravas. A maternagem é um dos poucos elementos universais e duráveis da divisão do trabalho por sexos (CHODOROW, 1978, p. 17).

Logo, para que os homens vivam a paternidade de modo equânime e não apenas participativo, é necessário que homens e mulheres repensem seus atributos sociais tradicionais em meio à complexidade dessa vivência, reconhecendo que a paternidade constitui uma oportunidade de homens ampliarem suas dimensões internas e renovarem sua relação com a vida. Chodorow ainda ressalta que a maternagem de filhas é diferente da maternagem dos

⁶ Na tradução da editora Rosa dos Tempos, a tradutora usou os termos “maternação” e “paternação”, para *mothering* e *fathering*, respectivamente. Entretanto, essa tradução é criticada em diversos artigos e na literatura brasileira são usados os termos maternagem e paternagem. Logo, optei nesse trabalho por usar esses termos em vez de “maternação” e “paternação”.

filhos. As mulheres, como mães (e os homens como não mães) produzem filhas com capacidades de matinar e desejo de matinar, enquanto os filhos homens têm suas capacidades e necessidades maternantes reprimidas e reduzidas sistematicamente. Isso prepara os homens para seu papel familiar posterior menos afetivo, e para uma vivência impessoal e extrafamiliar.

A maternagem das mulheres é, portanto, central para a divisão sexual do trabalho. A função materna das mulheres tem profundos efeitos nas suas vidas, na ideologia sobre elas, na reprodução da masculinidade e da desigualdade entre os sexos, e na reprodução de determinados arranjos de força de trabalho. As mulheres como mães são agentes decisivos na esfera da reprodução social. É nessa esfera que as mulheres encontram sua principal posição social (LÉVI-STRAUSS, 2012).

Na sociedade ocidental, a separação das esferas doméstica e pública foi acentuada ao longo do desenvolvimento capitalista industrial. Isso produziu um modelo de família reduzida a seus fundamentos: a maternagem das mulheres e suas qualidades maternas, o casamento heterossexual, de modo a reproduzir a dominação masculina. Homens e mulheres inserem-se na vida familiar segundo referências de gênero construídas ao longo da vida e que determinam funções socialmente legitimadas. Logo, na vida familiar, a divisão entre o que compete ao masculino e ao feminino é transmitida como valor determinado: “Homem, masculino e pai são qualificações que definem o modo de inserção do sujeito na cultura da qual ele faz parte (...) juntas definem um padrão de comportamento a ser seguido pelos homens” (CHODOROW, 1990, p. 151).

Chodorow desenvolve em “Psicanálise da Maternidade: Uma crítica a Freud a partir da mulher”, o argumento da “educação para a função”. Segundo ela, as teorias de socialização intencional não seriam o suficiente para explicar a reprodução social e a reprodução da organização de gênero. A organização social de gênero em um contexto econômico tem dependido da continuação das relações sociais que envolvem os cuidados maternos e paternos. A reprodução dessas relações sociais não é passível de redução à intenção individual. Ao contrário, ela depende de todos os arranjos que entram na organização do gênero e na organização da economia. Em qualquer período histórico, a maternagem das mulheres e a divisão sexual do trabalho estão, em sua estrutura, ligadas a outras instituições e a outros aspectos da organização social.

Ainda, meninos e meninas desenvolvem capacidades relacionais diferentes e distintos sentidos do eu como resultado do fato de crescerem numa família na qual a mulher materna. Essas personalidades de gênero são implementadas pelas diferenças nos processos de identificação que também são resultado da maternagem das mulheres. As diferentes formas de identificação e as capacidades relacionais preparam os homens e as mulheres para assumir as funções adultas de gênero que colocam a mulher principalmente na esfera da reprodução. Assim, para a autora, a organização assimétrica do cuidado dos filhos, na qual as mulheres maternam, é a principal causa da disparidade entre os processos de construção de identidade feminina e masculina. A organização e a ideologia da família produzem ainda diferenças de gênero, e geram expectativas de que as mulheres, muito mais do que os homens, encontrarão a identidade primária no âmbito doméstico. Isso porque a primeira identificação para as crianças de ambos os gêneros é com suas mães (CHODOROW, 1990). Portanto, as funções familiares das mulheres e o ser feminina estão mais disponíveis e inteligíveis para as crianças do que as funções masculinas e o ser masculino. Temos com isso que o desenvolvimento masculino torna-se mais complicado do que o feminino, dadas as difíceis transições de identificação a que os meninos são submetidos para atingir a devida identidade de gênero. Os meninos definem, portanto, a masculinidade negativamente, como uma oposição ao que é feminino ou relacionado à mulher, em vez de fazê-lo positivamente.

A figura do pai ausente, naturalizada na sociedade, não significa que os meninos não aprendam as funções e comportamentos masculinos tradicionais, assim como não é verdade que a homossexualidade em mulheres decorra da ausência paterna. O que está em questão é o grau em que uma criança pode construir um relacionamento pessoal com seu objeto de identificação e as diferenças nos modos de identificação que são resultado disso.

No contexto atual, a mãe da menina ainda é presente de um modo que o pai do menino e outros homens adultos não são. A menina desenvolve então uma identificação pessoal com a mãe, por ter com ela um real relacionamento, que surge do seu vínculo primário original. Ela aprende o que é ser uma mulher no contexto dessa identificação pessoal com a mãe. Logo, a identificação feminina baseia-se no aprendizado gradual familiar diário. Já o menino pode desenvolver uma identificação de gênero na ausência de relacionamento com o pai. Essa identificação ocorre psicológica e socialmente. Psicologicamente, como nos relatos do complexo de Édipo, em que os meninos desenvolvem as características de seu pai as quais temem ser usadas contra eles (CHODOROW, 1990). Sociologicamente, os meninos, em

famílias de pai ausente, desenvolvem o senso do que é ser masculino através de imagens culturais de masculinidade.

O ensino para os meninos do que é ser masculino é mais consciente do que aquele que é ensinado para as meninas sobre ser feminina. A identificação masculina seria predominantemente uma identificação da função de gênero, enquanto a identificação feminina é, sobretudo, parental. Os processos de identificação feminina são relacionais, enquanto os processos de identificação masculina tendem para a negação do relacionamento.

A capacidade relacional das mulheres e a negação dos homens criam um ambiente propício à desigualdade de participação de ambos na produção não familiar e na reprodução da família. Enquanto as funções das mulheres são basicamente familiares, particularistas e relacionadas com vínculos pessoais e afetivos, as dos homens são universalistas e não familiares (CHODOROW, 1990). Embora se ocupem de serem maridos e pais ao longo da vida, as ideologias sobre os homens e as definições do que é ser masculino advêm prioritariamente de suas funções fora da família. As mulheres são posicionadas prioritariamente no sistema sexo-gênero, enquanto os homens são principalmente posicionados na organização da produção.

Segundo Chodorow, Parsons e teóricos feministas, que acentuam a função do marido/pai como ocupacional e determinante da posição de classe e de *status* de toda a família, e os sociólogos, que avaliam o *status* socioeconômico pela educação e ocupação paternas, parecem estar de acordo. Assim, o marido/pai articula a família na sociedade e lhe determina o lugar. Embora as famílias cada vez mais dependam da renda de ambos os cônjuges, a classe social decorre ideologicamente daquilo que o cônjuge masculino faz. A esposa é vista como obtendo *status* e posição social, sobretudo de seu marido, mesmo que ela esteja também integrando a força de trabalho e contribua para a manutenção do estilo de vida da família. A esposa é vista como representante de sua família, enquanto o marido é visto como sujeito independente (CHODOROW, 1990).

Ainda que homens e mulheres integrem a mesma esfera, suas funções continuam sendo diferentes. No centro da família, ser marido e pai é diferente de ser esposa e mãe; à medida que as mulheres se envolvem mais na família, os homens o fazem menos. A primeira função do pai continua sendo a de prover no sentido financeiro. Seu envolvimento emocional é raramente tão importante quanto o provimento financeiro. Geralmente, o trabalho do homem no âmbito doméstico é definido pelo desempenho de funções específicas e

estereotipadas, como realizar consertos. Enquanto as mães “cuidam” dos filhos, os pais “assistem” os filhos. Segundo Chodorow (1990), embora se relacionem com os filhos, os homens o fazem para criar independência, o que é instrumentalizado por sua socialização anterior para “repressão e negação de relação, e sua participação normal no mundo público não relacional” (p. 57).

A maternagem das mulheres, na família nuclear isolada, aspecto da sociedade capitalista contemporânea, cria características específicas na personalidade de homens que reproduzem a ideologia e a psicodinâmica da superioridade masculina e submissão às exigências da produção. Prepara os homens para a participação pouco emocional na família, machista, na sociedade, e voltada para o mundo capitalista do trabalho.

A masculinidade torna-se um problema como resultado direto da experiência que um menino tem de si mesmo dentro de sua família, como consequência de ter sido cuidado por uma mulher. Para as crianças de modo geral, a mãe representa falta de autonomia e, no caso dos meninos, isso também é associado à identidade de gênero. Intimidade e identificação com a mãe significam aquilo que não é masculino, logo, o menino deve rejeitar a dependência. Nessa perspectiva, o preparo para a função dos meninos torna-se muito mais rígido do que o das meninas. O menino reprime as qualidades que ele considera femininas, menosprezando-as e desvalorizando as mulheres e tudo o que possa ser associado ao ser feminino (FREUD, 2001).

Os seguidores de Parsons e os teóricos da escola de Frankfurt recorreram à psicanálise para mostrar como o posicionamento relativo de pais e de mães na família contemporânea ajuda a criar as bases para a concordância psicológica dos homens à dominação capitalista. Enfim, uma família constituída de pai ausente e mãe envolvida produz nos homens uma personalidade que corresponde à masculinidade, no sentido tradicional, e ao machismo, tal como se verifica no sistema sexo-gênero, e ajusta-a adequadamente para a participação nas relações capitalistas de produção. Com base nessas relações, os homens perpetuam a divisão de esferas por sexo como uma forma de manter o poder no mercado de trabalho (CHODOROW, 1990). A ausência relativa do pai e o superenvolvimento da mãe criam definições negativas de masculinidade e ressentimento das mulheres, bem como falta de autonomia nos homens. Homens e mulheres orientam-se, portanto, pela divisão sexual das tarefas na família, numa ideologia desigual de gênero, desenhando uma estrutura assimétrica

de produção e reprodução na qual as mulheres tornam-se, principalmente, mães e esposas e, os homens, trabalhadores.

Porém, as transformações sociais que vêm ocorrendo no espaço público e privado, sobretudo a partir da década de 1970, afetaram a forma de viver e de construir a identidade de gênero. No âmbito do trabalho, as conquistas do movimento feminista são observáveis com a inserção das mulheres em atividades que anteriormente eram atribuídas exclusivamente aos homens. Essas mudanças não se limitaram às mulheres e influenciaram também a paternidade, sendo cada vez mais incomum observar modelos familiares organizados por rígido sistema patriarcal, principalmente em ambientes urbanos das grandes metrópoles. A visão engessada da paternidade que limitava o envolvimento emocional do homem com os filhos, passa a ser vista dentro de um contexto social que gerou modalidades diversas do ser pai, além de indicar declínio do patriarcado e mudanças nas relações familiares (OLIVEIRA, 2000).

4. Considerações finais

A discussão sobre masculinidade e paternidade traz à tona a necessidade de rever modelos tradicionais de gênero, particularmente no que diz respeito à figura paterna. Ao longo do artigo, foi observado que a masculinidade hegemônica — caracterizada pela rigidez emocional e pela autoridade — vem sendo desafiada por novas perspectivas que promovem o cuidado e a afetividade no exercício da paternidade. A psicanálise e a sociologia, ao se complementarem, oferecem uma perspectiva plural, ressaltando como as estruturas sociais e os processos psíquicos interagem na formação das identidades masculinas.

A influência da maternagem e dos cuidados femininos na constituição das identidades de gênero, conforme discutido, demonstra como a socialização tradicional molda homens e mulheres para papéis distintos. Essa organização de gênero perpetua um modelo de paternidade muitas vezes distante e impessoal, ao mesmo tempo em que atribui às mulheres o papel principal no cuidado dos filhos. Entretanto, a inclusão dos homens em práticas cuidadoras, seja no pré-natal, seja no cotidiano dos filhos, não apenas desafia esse sistema, mas também propõe um novo conceito de masculinidade, mais voltado para o desenvolvimento de vínculos afetivos.

Transformações sociais e culturais, como a ampliação da licença-paternidade e as políticas de incentivo ao cuidado paterno, sinalizam mudanças significativas nas relações de gênero. Essas iniciativas indicam uma abertura para a inclusão dos homens em responsabilidades de cuidado que antes lhes eram negadas ou desestimuladas. Como abordado no artigo, essa nova dinâmica não beneficia apenas as mulheres e crianças, mas pode contribuir para a saúde emocional e física dos próprios homens, que se mostram mais satisfeitos e equilibrados quando engajados na paternidade ativa.

Ainda que as resistências ao envolvimento emocional dos homens persistam, sobretudo em segmentos mais tradicionais, é possível observar uma transformação gradual na sociedade brasileira, especialmente nas áreas urbanas. Este movimento de flexibilização das normas de gênero amplia a definição de masculinidade, permitindo aos homens explorar aspectos como a afetividade e a empatia. Dessa forma, homens e mulheres podem construir relações mais igualitárias, com menos pressões de papéis pré-determinados, refletindo valores de equidade e diversidade. Contudo, toda discussão sobre valorização da paternidade deve estar circunscrita na noção de desigualdade de gênero e na busca de mitigar e reduzir essas injustiças.

Referências:

BARKER, Gary, et al. *Envolving Men: Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women (ICRW) and Rio de Janeiro: Instituto Promundo. January 2011. Disponível em: <<http://www.icrw.org/sites/default/files/publications/Evolving-Men-Initial-Results-from-the-International-Men-and-Gender-E-quality-Survey-IMAGES-1.pdf>>.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Além da política de gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987. p. 7-22.

BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987. p. 87-106.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-154.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; 1990.

CORNEAU, G. *Pai ausente filho carente*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CRAIG, Lyn. *Does father care mean fathers share?* A comparison of how mothers and fathers in intact families spend time with children. *Gender & Society*, 20, p. 259-281, 2006.

FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Org). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.

FREUD, Sigmund. Some psychical consequences of the anatomical distinction between the sexes (1925). In: *Complete psychological works of Sigmund Freud*, v. 19, Londres: Vintage, 2001.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990.

HIRATA, Helena. *Mudanças e permanência nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015.

KATO-WALLACE et al. *Global pathways to men's caregiving: mixed methods findings from the International Men and Gender Equality Survey and the Men Who Care Study*.

MARCOLINO, Clarice; GALASTRO, Elizabeth Perez. *As visões feminina e masculina acerca da participação de mulheres e homens no planejamento familiar*. Revista Latino-americana de Enfermagem, maio 2001; 9 (3): p. 77-82.

MARQUÉS, Josep-Vicent. "Varón y patriarcado". In: Valdés, T. e Olavarria, J. (Org.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago do Chile: Ediciones de las Mujeres/Flacso, 1997.

MATTOS, Marlise. A democracia não devia parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In Araújo, C.; Scalon, C. (Org.). In: *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

MATTOS, Marlise. Dimensões da masculinidade no Brasil. *Gênero*. v. 1, n. 1. Niterói, 2000. p. 29 – 40.

MOSHER, D.L.; Serkin, M. Measuring a Macho Personality Constellation. *Journal of Research in Personality*. V.18 n. 2, p. 150-163, 1984.

NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. “Crises, Valores e Vivências da Masculinidade”. *Novos Estudos*, Nº 56. Março, 2000.

VALDÉS, Teresa e OLAVARRÍA, José (Org.). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago do Chile: Flacso, 1997.

_____. *Masculinidade y equidad de género em América Latina*. Santiago do Chile: Flacso, 1998.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987. p. 66-86.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.